

CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA DEI VERBUM

(sobre a Revelação Divina)

A Constituição Dogmática *Dei Verbum* (Palavra de Deus), é um dos documentos mais influentes e importantes do Concílio Vaticano II. O documento aborda a Revelação Divina, a relação entre Sagrada Escritura e Tradição, e o papel da Igreja na transmissão e interpretação da Palavra de Deus além de explicitar a necessidade da Igreja em resgatar o valor e a centralidade das Sagradas Escrituras.

Esta constituição dogmática com seus seis capítulos é fruto de um caminho de amadurecimento que levou anos e tem influência das encíclicas *Providentissimus Deus* (Leão XIII), *Spiritus Paraclitus* (Bento XV) e *Divino Afflatus Spiritus* (Pio XII). O texto atual foi promulgado pelo Papa São Paulo VI a 18 de novembro de 1965, após muitas discussões, reflexões, releituras e reescrituras.

O maior objetivo do Concílio foi difundir a Palavra de Deus, em cumprimento ao desejo de Cristo que anunciou «Ide pelo mundo inteiro e anunciai a Boa Notícia a toda a Humanidade.» (Mc 16,15) Logo no Proêmio da *Dei Verbum* (DV 1), destaca-se o objetivo de «propor a genuína doutrina sobre a Revelação Divina e a sua transmissão, para que o mundo inteiro, ouvindo, acredite na mensagem da salvação; acreditando, espere; e esperando, ame.» (DV 1).



I Capítulo: A Revelação Divina: *(Encontro com Deus)*

O ponto de partida do *Dei Verbum* é a compreensão da Revelação Divina como um encontro pessoal com Deus. O documento afirma que Deus se revelou a si mesmo à humanidade através de Sua Palavra, que culmina na pessoa de Jesus Cristo (Palavra Eterna do Pai). Como está escrito: “Deus, que é o próprio princípio de toda a verdade e de todo o bem, quis fazer conhecido o mistério da sua vontade” (DV 2). A Revelação não é uma simples comunicação de doutrinas, mas um convite para um relacionamento pessoal e transformador com Deus.

A revelação é entendida como progressiva. Deus, ao longo da história, preparou a humanidade para o pleno conhecimento de sua vontade, culminando na vida e na missão de Jesus Cristo. Esta revelação é completa e definitiva em Cristo, que é “a imagem do Deus invisível” (Colossenses 1:15) e o pleno desvelar do plano divino para a salvação.

II Capítulo: A transmissão da Revelação Divina

Um dos principais temas da *Dei Verbum* é a relação entre Sagrada Escritura e Tradição. A Constituição ensina que ambas são fontes da Revelação Divina. O documento declara: “A Sagrada Tradição e a Sagrada Escritura formam um único depósito sagrado da Palavra de Deus” (DV 10). Isso significa que, enquanto a Sagrada Escritura é o registro escrito da Revelação, a Tradição é a forma viva e contínua da transmissão dessa Revelação ao longo dos séculos. O acesso à Revelação acontece através da pregação dos Apóstolos e dos seus sucessores. É a chamada Tradição, que se origina nos Apóstolos e progride na Igreja sob a inspiração do Espírito Santo (DV 8). A Tradição ajuda a compreender a Escritura, pois as duas estão intimamente relacionadas, são dois pilares da fé cristã, provêm de Deus e tendem ao mesmo fim: conduzir o ser humano a Deus.

A Sagrada Escritura é composta pelos livros do Primeiro (Antigo) e Segundo (Novo) Testamento, que são inspirados por Deus e constituem “a Palavra de Deus escrita sob a inspiração do Espírito Santo” (DV 11). Esses textos são fundamentais para a vida cristã e para o entendimento da Revelação. No entanto, a Tradição, que é a transmissão viva da Palavra de Deus, também desempenha um papel crucial. A Tradição não adiciona novas revelações, mas ajuda a interpretar e aplicar a Escritura ao longo do tempo na vida da Igreja.

III Capítulo: A Inspiração Divina e a Interpretação da Sagrada Escritura

A *Dei Verbum* dedica uma seção importante à interpretação das Escrituras. Enfatiza

que a interpretação das Escrituras deve levar em conta a “intenção dos autores sagrados” e o contexto histórico e cultural em que os textos foram escritos (DV 12). Ou seja, a Sagrada Escritura mesmo tendo Deus por autor, foi escrita por mãos humanas sob a inspiração do Espírito Santo. A interpretação não deve ser feita isoladamente, mas em harmonia com a Tradição da Igreja e sob a orientação do Magistério.

O Magistério da Igreja, composto pelos bispos em comunhão com o Papa, é visto como o “guardião e intérprete autêntico” da Palavra de Deus (DV 10). Essa autoridade é essencial para garantir que a interpretação das Escrituras permaneça fiel à Revelação original e evite desvios doutrinários.

A *Dei Verbum* também reconhece a importância da exegese científica e histórica. A pesquisa acadêmica e o estudo crítico dos textos podem ajudar a esclarecer o significado das Escrituras. No entanto, qualquer interpretação deve estar em consonância com a Tradição e a doutrina da Igreja, para assegurar que a Revelação seja compreendida e vivida de maneira correta.

IV Capítulo: O Antigo Testamento

Este capítulo aborda o Antigo Testamento, ressaltando seu papel crucial na preparação para a vinda de Cristo. O documento afirma que o Antigo Testamento é “um depósito sagrado da Palavra de Deus” (DV 14), que contém as promessas feitas por Deus ao Seu povo e prepara o caminho para a nova aliança estabelecida em Jesus Cristo.

A constituição destaca que o Antigo Testamento é composto por vários livros inspirados que descrevem a história da salvação antes do advento de Cris-

to. Os livros do Antigo Testamento incluem a Lei, os Profetas e os Escritos, que juntos oferecem uma visão progressiva e dinâmica do plano divino, e deve ser feita à luz do Novo Testamento (DV 15).

É essencial reconhecer que o Antigo Testamento “contém a pedagogia divina” (DV 16), ou seja, a forma como Deus gradualmente revelou Seus desígnios ao longo da história. A revelação feita a Moisés e aos profetas é vista como uma preparação para o cumprimento pleno das promessas em Cristo. O documento também enfatiza que, mesmo após o advento de Cristo, o Antigo Testamento continua a ser valioso para a compreensão da Revelação, pois as Escrituras “são um testemunho contínuo da aliança de Deus com a humanidade” (DV 16).

V Capítulo: O Novo Testamento

O Novo Testamento é apresentado como cumprimento pleno, o “plano divino realizado” (DV 18), que completa e dá pleno sentido às promessas do Antigo Testamento. Nele contém a história da vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo, que é o centro da mensagem cristã. O Novo Testamento é composto pelos Evangelhos, os Atos dos Apóstolos, as Epístolas e o Apocalipse, e que esses livros foram escritos sob a inspiração do Espírito Santo para testemunhar a obra redentora de Cristo (DV 19).

A constituição afirma que a interpretação do Novo Testamento deve levar em conta a continuidade com o Antigo Testamento, reconhecendo que Jesus Cristo é a chave para a compreensão de toda a Escritura. Assim, a leitura do Novo Testamento deve ser feita à luz da Revelação anterior, compreendendo que Cristo, que veio instaurar o Reino, é o cumprimento das expectativas messiânicas e das promessas feitas por Deus.

Também se ressalta a importância da correta interpretação dos textos, destacando que a interpretação deve ser feita com atenção à “intenção dos autores sagrados” e ao contexto histórico e cultural dos textos (DV 12).

VI Capítulo: A Sagrada Escritura na Vida da Igreja

A Igreja tem um papel fundamental na preservação e ensino da Palavra de Deus. De acordo com o *Dei Verbum*, “a Igreja, à luz do Espírito Santo, interpreta autenticamente a Palavra de Deus” (DV 12). Isso significa que a Igreja não só transmite a Revelação divina, mas também a interpreta e aplica ao longo da história.

A Tradição e a Escritura são transmitidas através do Magistério da Igreja, que garante que a Palavra de Deus seja ensinada e compreendida corretamente. A Igreja, portanto, atua como um guardião da Verdade, protegendo a Revelação de interpretações errôneas (DV 10).

A Constituição também enfatiza a importância da participação dos leigos na vida espiritual da Igreja. A leitura e meditação das Escrituras são encorajadas, pois a Palavra de Deus é vista como “fonte de vida espiritual e alimento para a vida cristã” (DV 21). A participação ativa dos fiéis na leitura e estudo das Escrituras contribui para uma vivência mais profunda da fé. Também deixa claro o convite ao aprofundamento da Palavra de Deus através da tradução da Bíblia para todas as línguas, além do seu estudo e investigação. A Escritura deve ser a alma da Teologia (DV 24).

A *Dei Verbum* não é apenas um documento teológico doutrinal, mas sobre tudo pastoral, assim como o todo o Concílio Vaticano II se propôs a ser, com a preocupação de oferecer a Igreja uma prática voltada a centralidade da Sagrada Escritura na vida cristã. A Revelação divina, registrada nas Escrituras e transmitida pela Tradi-



ção, tem implicações diretas para a vida diária dos cristãos. A Palavra de Deus deve moldar a vida da Igreja e a conduta dos fiéis. É preciso abordagem integrada da Escritura e da Tradição, promovendo uma compreensão mais rica e completa da Revelação divina. Isso se traduz em uma vida cristã mais consciente e comprometida, onde a Palavra de Deus não é apenas estudada, mas vivida.

Conclusão

Termina a Sagrada Constituição Dogmática *Dei Verbum* da seguinte maneira: “assim, pois, que pela leitura e o estudo dos Livros Sagrados “seja difundida e glorificada a Palavra de Deus” (2Ts 3, 1) e que o tesouro da Revelação confiado à Igreja cada vez mais encha os corações dos homens. Assim como a vida da Igreja se desenvolve pela assídua participação no mistério eucarístico, assim é lícito esperar um novo impulso de vida espiritual de uma acrescida veneração pela Palavra de Deus, que “permanece sempre” (Is 40,8; cf. 1Pd 1,23-25)” (DV 26).

Em suma o Concílio Vaticano II, em seus documentos, sobretudo na *Dei Verbum* convida todos os fiéis a uma leitura assídua e orante da Sagrada Escritura, pois ela é fonte de alimento espiritual, guia para a vida cristã e caminho para um encontro pessoal com Deus. Através da leitura da Bíblia, nutrimos nossa fé, aprofundamos nosso conhecimento de Deus e somos fortalecidos para viver como verdadeiros discípulos e discípulas de Jesus Cristo.

A *Dei Verbum* é um convite à conversão e a transformação da vida à luz da Palavra de Deus. Ao acolhermos a Revelação Divina com fé e amor, somos impelidos a viver os valores do Evangelho e a construir um mundo mais justo e fraterno. A *Dei Verbum* continua a ser um farol que ilumina o caminho da Igreja e de cada cristão, guiando-nos rumo à plenitude da vida em Deus.

Ana Maria Marcis
Coord. Diocesana de Catequese



Pe. Pablo Roberto R. de Oliveira
Pároco da Paróquia São Cristóvão –
São Cristóvão do Sul.
Assessor Eclesiástico da Coord. Diocesana de Catequese

